



Sustentabilidade e interesses capitalistas nos espaços urbanos no entorno do rio Capibaribe, na cidade do Recife

Sustainability and capitalist interests in urban spaces surrounding the Capibaribe river, in the city of Recife

Cecília Araújo de Queiroz¹

¹ Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPE)
e-mail: cecilia.aqueiroz@ufpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2987-4812>

Resumo

A cidade do Recife possui fortes relações com o rio Capibaribe, o qual tem papel fundamental no desenvolvimento sustentável da cidade, pois é fundamental na dinâmica social, ambiental e econômica do Recife. O rio carrega certo valor para as elites da cidade não só pela sua história, mas também por estar inserido nos processos de apropriação e produção da natureza na busca da valorização de empreendimentos imobiliários que usam 'propaganda verde', utilizando a sustentabilidade de forma alienada, a qual desconsidera os problemas socioambientais que atingem majoritariamente as populações de baixa renda. Portanto, faz-se necessário evidenciar a relação dos interesses capitalistas com as iniciativas sustentáveis do planejamento urbano, para que seja possível pensar em uma sustentabilidade que priorize a justiça social. Deste modo, o objetivo deste artigo é identificar como a perspectiva da sustentabilidade se relaciona com os interesses econômicos em espaços urbanos capitalistas, considerando um estudo das margens do rio Capibaribe, na cidade do Recife. Para realizar este objetivo, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e documentais, que possibilitaram a análise e discussão dos resultados apresentados.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; desenvolvimento sustentável; Rio Capibaribe; rios urbanos; segregação socioespacial.

Abstract

The city of Recife has strong relationships with the Capibaribe River, which plays a fundamental role in the city's sustainable development, as it is fundamental to the social, environmental and economic dynamics of Recife. The river carries a certain value for the city's elites not only because of its history, but also because it is inserted in the processes of appropriation and production of nature in the search for the valorization of real estate projects that use 'green advertising', using sustainability in an alienated way, which disregards the socio-environmental problems that mostly affect low-income populations. Thus, it is necessary to highlight the relationship between capitalist interests and sustainable urban planning initiatives, so that it is possible to think about sustainability that prioritizes social justice. Therefore, the objective of this article is to identify how the perspective of sustainability relates to economic interests in capitalist urban spaces, considering a study of the banks of the Capibaribe River, in the city of Recife. To achieve this objective, bibliographic and documentary research was used, which enabled the analysis and discussion of the results presented.

Keywords: socio-environmental conflicts; sustainable development; Capibaribe River; urban rivers; socio-spatial segregation.

1 Introdução

O debate sobre sustentabilidade tem sido um dos grandes desafios do século XXI, nesse contexto tem-se observado o aumento de estudos que priorizam soluções sustentáveis para cidades, a partir do entendimento de que o espaço urbano é marcado pelo encontro intenso entre as dimensões da sustentabilidade - econômica, social e ambiental (European Commission, 2007) (Abdala, 2014).

O Brasil se destaca pela forma ambientalmente insustentável e socialmente injusta em que ocorre o seu desenvolvimento econômico, sendo marcado por conflitos entre grupos sociais por interesses no meio biofísico, usos de territórios e recursos naturais; desrespeitando a vida humana, os ecossistemas, as culturas e os valores das comunidades (Firpo; Milanez, 2009). Portanto, se faz necessário pensar em cidades sustentáveis que sejam mais justas e democráticas, pois uma cidade marcada pela desigualdade social e exclusão territorial não é capaz de produzir um desenvolvimento sustentável (Alfonsin, 2010).

Diante do aumento do debate sobre a questão ambiental no contexto urbano, a noção de “cidade sustentável” tem sido utilizada com a intenção de atrair investimentos, o que tem associado a sustentabilidade urbana à metáfora cidade-empresa (Acsehrad, 1999). Nesse contexto, tem-se observado cada vez mais o marketing ambiental, que manipula o consumidor, levando-o a uma sustentabilidade imaginária (Pessoa; Diniz; Reis, 2018).

É nesse cenário que se encontra Recife, que assim como outras metrópoles brasileiras, desenvolveu uma relação material e simbólica com seus rios, onde se destacam as fortes relações econômicas, sociais e culturais, que a cidade criou com o Rio Capibaribe (Villaça, 2001). Porém, o rio vem sendo cada vez mais afetado pela poluição, com o descarte inadequado de resíduos sólidos, efluentes domésticos e dejetos de esgoto.

Outro problema observado, para além da contaminação hídrica, está na desigualdade social presente no seu entorno, no qual ele atua como uma barreira que segrega áreas com forte contrastes sociais, onde se destaca a precariedade das moradias de baixa renda nas suas margens, como as palafitas (Alencar; Sá, 2018). Isso se relaciona com a apropriação territorial e concentração de renda, que causam o aumento da periferização das áreas metropolitanas, aumentando a degradação ambiental, desigualdade social, violência e segregação espacial (Reschilian, 2005). Ao longo da história do Capibaribe na cidade, suas margens também se firmaram como uma área privilegiada, através da instalação da aristocracia recifense (Villaça, 2001).

Nesse sentido, Harvey (2005) evidencia que a acumulação do capital com o aspecto geográfico, resulta em uma reorganização espacial e desenvolvimento urbano desigual. O que se relaciona com a luta

de classes em busca de vantagens e recursos que se podem usufruir da cidade (Villaza, 2001). Podemos observar este processo na capital pernambucana, onde a desigualdade na organização espacial é fomentada por diferentes interesses econômicos (Castilho, 2011)

A capital pernambucana chegou a ocupar o segundo lugar mais desigual do país em 2024, de acordo com ranking do Mapa da Desigualdade entre as Capitais Brasileiras, desenvolvido pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) (Lucena, 2024). Nesse contexto, a desigualdade no espaço urbano possui forte relação com os ambientes naturais, onde as áreas urbanas das margens do rio que são ocupadas populações de baixa renda não são tratadas da mesma forma que as áreas ocupadas pelas classes dominantes (Filho, 2009).

Até hoje as habitações próximas ao rio apresentam valor econômico para as elites da cidade, que, pela sua história, estão inseridas nos processos de apropriação e produção da natureza na busca da valorização de empreendimentos imobiliários que usam a ‘propaganda verde’. Dessa forma, a natureza na cidade é percebida como produto da ação social e histórica, repleta de interesses capitalistas, onde ao invés do seu uso ser um direito social coletivo, tem-se a privatização de áreas que ocorre sob demandas apoiadas pelo Estado, que se utiliza de ações higienistas para gentrificá-lo de forma alienadora (Castilho, 2021).

Deste modo, fica a seguinte questão: Como a perspectiva da sustentabilidade está relacionada com os interesses capitalistas nos espaços urbanos das margens do rio Capibaribe, na cidade do Recife?

Buscando responder esta pergunta, que representa o problema o qual este trabalho se debruça, o objetivo deste artigo é identificar como a perspectiva da sustentabilidade se relaciona com os interesses econômicos em espaços urbanos capitalistas, considerando um estudo das margens do rio Capibaribe, na cidade do Recife. Assim, pretende-se destacar o discurso da sustentabilidade nos dias atuais e a real possibilidade dessa sustentabilidade alcançar a população economicamente vulnerável, de forma a contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, mais especificamente ao ODS 10, que busca a redução das desigualdades e ao ODS 11, que busca construir cidades e comunidades sustentáveis (ONU, 2015).

Este artigo apresenta uma síntese de alguns resultados apresentados na dissertação de mestrado elaborada pela autora, cujo título “Plano Urbanístico em Área Ribeirinha: Conflitos entre os interesses capitalistas e sociais na promoção da sustentabilidade”. Desse modo, para alcançar os resultados apresentados, foi realizada uma pesquisa exploratória, utilizando o materialismo histórico-dialético como método de abordagem, utilizando pesquisas documentais e bibliográficas, em busca de conceitos, teorias e discussões, que resultaram nas discussões apresentadas neste trabalho.

2 Metodologia

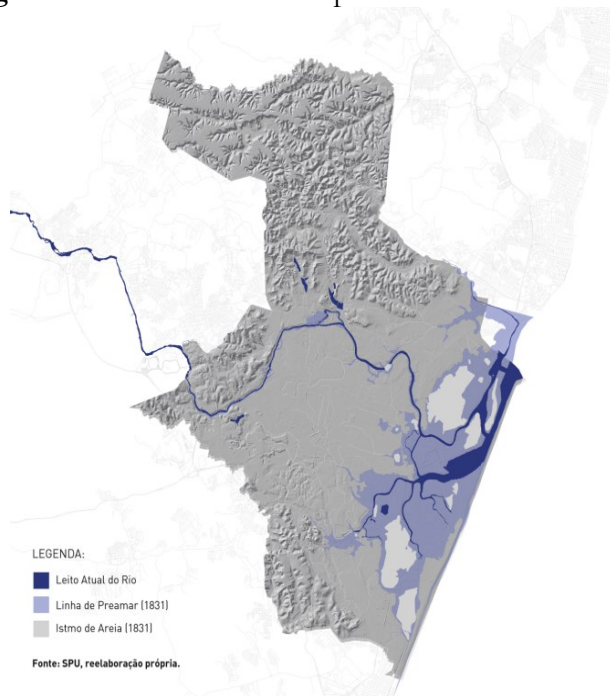
2.1 Área da pesquisa

Recife é a capital do estado de Pernambuco, que fica na costa do Nordeste brasileiro. A cidade tem uma área de cerca de 218,843km², com população aproximada de 1.488.920 habitantes e densidade demográfica de 6.803,60 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022). É a 9ª cidade mais populosa do Brasil e faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR), que é uma das grandes áreas metropolitanas do país (Alencar; Sá, 2018). Atualmente, possui duas áreas de concentração de alta renda, uma ao oeste, nas margens do rio Capibaribe, e outra ao sul, na praia de Boa Viagem. (Villaça, 2001).

O rio Capibaribe é o sistema hidrográfico mais expressivo da capital, abarcando 59,1 km, passando por cerca de 21 bairros. Ele tem grande importância para o equilíbrio ambiental da cidade, contribuindo para a amenização do clima e preservação da fauna e flora, mesmo com sua degradação (Mayrinck, 2005). Cerca de 7,58% da bacia do rio Capibaribe está inserida nos limites da cidade do Recife, local onde o rio tem uma grande importância no processo da sua formação urbana. (Alencar; Sá, 2018)

A cidade se transformou muito com a transição entre os rios e o mar, resultando na mudança no leito do rio durante a urbanização da capital, onde áreas de curso d'água e da zona de expansão das águas durante a maré cheia, foi aterrado (Figura 1) (INCITI, 2017).

Figura 1 - Percurso do rio Capibaribe na cidade do Recife



Fonte: Página eletrônica do INCITI (2017).¹

2.2 Método de abordagem

O método de abordagem utilizado nesta pesquisa é o materialismo histórico-dialético, pois ele permite analisar o contexto histórico da formação urbana do Recife e sua relação com o rio Capibaribe.

O materialismo histórico-dialético foi entendido com base em Gil (2008), que diz que o método de Engels (1974) fornece uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, onde os fatos sociais são entendidos juntos com suas influências políticas, econômicas, culturais, etc; estabelecendo conflitos sociais. O autor também aponta que o materialismo histórico se fundamenta no método dialético, que tiveram suas bases também definidas por Marx e Engels, onde o modo de produção da vida material determina o processo social, onde as modificações sociais ocorrem a partir da troca de mercadorias.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram realizadas pesquisas bibliográficas e documental. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo que o investigador tenha acesso a uma variedade de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Segundo Gil (2008), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, porém a diferença é que a pesquisa documental é feita em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico; ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

3 Análise e discussão de Resultados

3.1 Processos históricos e sociais do rio Capibaribe na cidade do Recife

A cidade do Recife começou a ser edificada se expandindo para o continente, onde pontes e canais foram construídos, incentivando a construção, ao longo do rio Capibaribe, com aterros que transformaram a paisagem da planície (Sá Carneiro, 2010).

Nesse cenário, as margens do rio foram ocupadas por famílias de baixa renda que improvisaram suas moradias em locais inadequados, para levantar seus mocambos (Castilho; Leandro, 2012), que eram habitações humildes, como cabanas feitas de taipa, varas e palha e outros materiais. (Sousa, 2003 *apud* Neta, 2005). Ainda hoje se vê reflexos dos mocambos, como as palafitas (Figura 2) que marcam as margens do rio e o cenário junto aos mangues e em outros pontos da capital (Sá Carneiro, 2010).

¹ Disponível em: <http://inciti.org/>. Acessado em: 21 de mai. 2024

Figura 2 - Palafitas no bairro do Pina, em local com forte contraste social



Fonte: Página de notícia UOL (2016)²

O Capibaribe foi de grande contribuição no processo de estruturação da capital, onde o desenvolvimento da atividade econômica durante o século XVII foi importante devido a produção de açúcar nos engenhos dos arredores do Capibaribe. Ele também foi importante para o escoamento do açúcar, transporte da população e para o abastecimento de água, resultando na forte relação entre ele e os habitantes do seu entorno (Mayrinck, 2005). No final do século XVIII, o rio e seu entorno se tornaram importantes locais de lazer como os primeiros espaços públicos da cidade, onde as elites utilizavam para encontros e passeios, com funções estéticas, recreativas e sociais (Sá Carneiro, 2010).

No entanto, no séc. XIX as margens do Capibaribe também foram marcadas pela concentração da burguesia, época em que eram valorizadas pelas suas características naturais (Villaça, 2001). Dessa forma, a cidade foi se urbanizando de forma bastante desigual em torno das suas águas onde os cursos dos rios e canais foram quase todos canalizados no processo de urbanização (Alencar, 2022).

Nos dias atuais, essas áreas ribeirinhas vêm, cada vez mais, sendo consolidadas como áreas de grande valor para as classes de maior poder aquisitivo (Figura 3).

² Disponível em: jc.ne10.uol.com.br/. Acesso em: 28 de mai. 2024

Figura 3 - Áreas do rio Capibaribe que são valorizadas pela burguesia na zona oeste do Recife



Fonte: Folha de notícia Diário de Pernambuco (2018)³.

A partir da década de 1960, a burguesia também se consolidou em áreas litorâneas do Recife, onde iniciou a valorização das praias para fins residenciais, resultando no deslocamento da burguesia para a praia de Boa Viagem, localizada na zona sul da cidade, tornando-se uma área com maior concentração de renda.

Porém, com o passar do tempo, os moradores foram perdendo a conexão com o Capibaribe devido ao avanço da urbanização da cidade, recebendo esgotos, lixo, extração de areia que o deixava mais profundo e perigoso para banho, e, ainda, pelas enchentes. Dessa forma, o rio começou a ser visto de forma negativa, resultando no distanciamento das classes dominantes, que, por sua vez, passaram a valorizar o bairro Boa Viagem, pela sua praia (Soeiro, 2017).

Na segunda metade do século XX, surgiram movimentos sociais de ecologistas e ambientalistas, que buscavam a aproximação da sociedade com a Natureza, onde os ambientalistas do Recife passaram a buscar a valorização do Capibaribe. Isso resultou na preocupação para pesquisadores e políticos, que provocou o aumento de discursos relacionados à sua revitalização (Soeiro, 2017).

Em 1981, houve a proposta da Prefeitura de um parque ao longo do Rio Capibaribe, chamado Parque Capibaribe, o qual foi marcado por conflitos entre as populações mais precárias que habitavam essas áreas e os empresários que visavam à construção de habitação de classe alta nesses locais, o que resultou em na retirada da maioria dos parques propostos do projeto, restando 5 parques, entre eles o Parque da Jaqueira e o Parque de Santana, como parte do projeto do Parque Capibaribe. No entanto, é possível observar que a maior parte dos parques do Recife se encontra em bairros habitados pelas populações de renda alta, revelando exclusão social da população de baixa renda, que ocasiona outros problemas sociais (Sá Carneiro, 2010).

³ Disponível em: diariodepernambuco.com.br/. Acesso em: 28 de mai. 2024.

Nos anos 2000, foram feitas algumas propostas de intervenções ambientais e urbanas pelo poder público, buscando reincorporar o rio à dinâmica do Recife, através de projetos como: Programa de Despoluição do Capibaribe, SOS Capibaribe, Circuito das Águas, Apipucos: uma janela para o Capibaribe, Capibaribe Melhor, Programa Recife Sem Palafitas, entre outros (Soeiro, 2017). Assim, foram implantadas ruas e avenidas asfaltadas, ciclovias, equipamentos de ginástica, calçadão, arborização e o replantio de mudas de mangue, favorecendo a valorização econômica do espaço, que atualmente é a Av. Beira Rio, nos bairros Torre e Madalena.

Atualmente, o Projeto Parque Capibaribe (PPC) está sendo retomado, buscando reconectar a população com o rio por meio de Diretrizes que propõem uma Cidade-Parque, onde as futuras gerações possam desfrutar de uma vida mais sustentável, saudável, próspera e feliz (Monteiro *et al.*, 2022).

3.2 Interesses capitalistas e problemas socioambientais urbanos

Diante da ideia de que a natureza existe para atender às necessidades do ser humano, faz-se necessário ter consciência dos problemas socioambientais que são reflexos desse pensamento, e, assim questionar o atual modelo de desenvolvimento econômico e desenvolvimento urbano (Vestena, 2009). Desse modo, é preciso refletir sobre as consequências do capitalismo, contexto em que Harvey (2005) apresenta as explicações de Marx sobre a expansão do capitalismo, que resulta na exploração das qualidades naturais e humanas, onde a natureza é vista como objeto especulativo para a humanidade.

Lefebvre (2002) aponta o espaço urbano como lugar de encontro de coisas e pessoas, no qual a troca comercial se tornou uma função urbana. Desse modo, o autor mostra que o urbano é um campo de tensões onde a realidade com sua problemática é ocultada. Nesse sentido, Harvey (2005) fala sobre a acumulação do capital que acontece em contexto geográfico, apontando que isso é reconhecido nas obras de Marx sobre o capitalismo. Ele diz que a acumulação cria um crescimento econômico onde as possibilidades de expansão geográfica corroboram com o capitalismo, resultando na reorganização espacial sob a perspectiva do desenvolvimento geográfico desigual. De acordo com Marx (2013), a riqueza das sociedades, no modo de produção capitalista, aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, as quais possuem valor de uso e valor de troca, onde o valor da mercadoria é determinado pela relação entre ela e a sociedade.

Mészáros (2002) fala que o sistema do capital é uma estrutura globalmente dominante, que divide a sociedade em classes sociais que são abrangentes e opostas entre si, onde as oportunidades de vida dos indivíduos são determinadas de acordo com o lugar em que os grupos sociais a que pertencem. Juntamente com o acelerado crescimento da acumulação de capital está o crescimento das crises na qual a economia

cognitiva reconhece disfunções do capitalismo, tais como as crises econômicas, sociais e ambientais (Ascher, 2010). Algumas manifestações das chamadas crises do sistema capitalista são apresentadas por Harvey (2005), como o desemprego e subemprego, entre outras, que corroboram com o aumento da superacumulação, logo, tendo função de ordenar o sistema econômico.

Nesse sentido, é necessário questionar como o sistema econômico organiza o espaço urbano, onde a problemática ambiental está conectada com a questão social, podendo ser observada no desenfreado crescimento das cidades e consequentemente da exclusão e segregação social (Cunha, 2017). A problemática ambiental é uma questão que envolve aspectos físicos e sociais, como subnutrição, desemprego, falta de habitação, saúde e educação; onde a organização socioeconômica pressiona os sistemas naturais e estruturais, inviabilizando os processos físicos e sociais, que ocasionam problemas como: destinos dos resíduos domésticos, falta de tratamento dos rios que drenam a cidade e marginalização da população (Vestena, 2009).

Wolkmer, Wolkmer e Ferrazzo (2017) observam que, há décadas, vem aumentando o debate sobre a opção insustentável de desenvolvimento que é adotada pelas sociedades ocidentais capitalistas. Eles apontam que este modelo calcado no consumo desenfreado, culmina no esgotamento e extinção de diversas espécies e sistemas ecológicos.

Diante do crescimento das cidades, é observado que a forte influência do mercado define as áreas mais valorizadas no espaço urbano, deixando as populações mais pobres expostas aos riscos naturais. (Mendonça; Cunha; Luiz, 2016). Nesse contexto, Rattner (2009) fala que a concentração de desempregados e o aumento da desigualdade resultam em condições de habitação, alimentação, saneamento e lazer, cada vez mais precárias. Esses fatores estão diretamente relacionados com a baixa qualidade de vida, na qual a falta de saneamento e poluição do ar se tornam causadores de doenças e mortes.

Recife apresenta alguns desses problemas, os quais se destacam: crescimento da população, ocupação desordenada do solo, marginalização e exclusão da população de baixa renda, concentração de renda e desigualdades sociais. A vulnerabilidade socioambiental em que vivem muitas famílias recifenses, aparece nesse cenário, envolvendo as dinâmicas social e a ambiental, que consiste na exposição aos riscos ambientais que dependem de fatores sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, ambientais e a relação destes com o ambiente físico-natural (Esteves, 2011).

O conceito de justiça ambiental faz parte desse contexto, o qual, para Acselrad (2002), aparece como um discurso que tem ganhado cada vez mais força, onde inúmeros autores apontam o caráter socialmente desigual das condições de acesso à proteção ambiental. O autor apresenta que a desigual

distribuição do poder sobre recursos políticos, materiais e simbólicos, estão associados às injustiças ambientais que estão relacionadas com as opressões de classe, raça e gênero.

Segundo Lima (2005), a intensificação de problemas socioambientais - tais como: urbanização acelerada, desigualdade na distribuição demográfica, descontrole no uso de energia nuclear, consumo excessivo de recursos não renováveis, aumento da desertificação do solo, contaminação dos recursos naturais, desmatamento florestal, redução da biodiversidade e da diversidade cultural, efeito estufa, redução da camada de ozônio - passaram a atrair a atenção pública mundial para essa realidade, que era pouco observada.

De acordo com Acselrad (2010), apesar da relação entre meio ambiente e justiça social estar ganhando cada vez mais importância, às leis ambientais brasileiras, por mais que sejam bem elaboradas, apresentam lacunas em termos da sua aplicação, inviabilizando suas propostas e objetivos.

O uso das margens do rio Capibaribe se insere no contexto da problemática ambiental e social, tendo sido submetido ao processo de “desenvolvimento” da cidade, que resultou no desmatamento de parte da sua vegetação ribeirinha, além da poluição causada pelo despejo de resíduos oriundos de esgotos e lixo urbano, que são consequências da sociedade capitalista em que não se respeita o meio ambiente. Além desses problemas, o rio também é alvo de injustiça social, resultante da forma pela qual este aquífero é utilizado pelas diferentes classes sociais, onde as classes dominantes usufruem das áreas ribeirinhas transformando-as em espaços de lazer e valorização dos seus empreendimentos. Enquanto os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora permanecem à mercê das consequências da poluição, do desmatamento, da proliferação de doenças e enchentes, agravando a problemática ambiental na cidade.

Alguns problemas socioambientais podem ser observados na cidade do Recife, que foi classificada em 2007 como a 16ª cidade mais vulnerável às mudanças climáticas no mundo pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas. Diante desse cenário, o Instituto Pólis (2022) aponta a urgência em discutir os impactos socioambientais e como os efeitos da crise ambiental se manifestam de forma territorialmente desigual. O referido instituto explica que o meio ambiente e o espaço urbano não devem ser entendidos como dimensões separadas, pois as cidades também fazem parte dos ecossistemas globais, logo, o planejamento e a produção do território, podem ser mais ou menos impactantes ao meio ambiente, fazendo com que os efeitos da degradação ambiental também afetem a vida das populações urbanas de forma desproporcional.

Em Recife, problemas socioambientais como inundações e movimentos de terra, ocorrem, majoritariamente, em áreas ocupadas pelas populações mais vulneráveis economicamente (Filho, 2009). Nesse contexto, nota-se que mesmo em áreas próximas, esses problemas alcançam de forma diferente as

populações de diferentes classes sociais, como é percebido nas margens do rio Capibaribe, onde as áreas de populações de elevado poder aquisitivo não são tratadas da mesma forma que as comunidades de baixa renda (Filho, 2009).

Outros conflitos socioambientais que se destacam nas margens do Capibaribe são as inundações. Moura, Portella e Chiarelli (2020) falam que as inundações em áreas ribeirinhas que ocorrem periodicamente possuem fatores relacionados com o contexto urbano e geomorfológico do local. As autoras apontam que no Brasil os assentamentos precários são os mais atingidos pelas inundações urbanas e, conseqüentemente, os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora são os que mais sofrem.

Mendonça (2009), então, fala que a vulnerabilidade socioambiental urbana não é só marcada pelas bruscas manifestações da natureza, pois os impactos desses acontecimentos estão relacionados com a situação socioeconômica, cultural e política da sociedade face aos riscos urbanos.

Por isto, Acsehrad (2010) considera que a degradação ambiental e a injustiça social têm a mesma raiz, tornando necessário retirar dos poderosos a capacidade de transferir as conseqüências da problemática ambiental para os despossuídos. Deve-se, assim, buscar combater a desigualdade ambiental e dar igual proteção a todos os grupos sociais e étnicos.

Nesse cenário, Rattner (2009) defende que a dimensão ética da vida em sociedade havia sido ignorada, evidenciando a perversidade da reprodução do capital e seus impactos aos trabalhadores e recursos naturais. Dessa forma, o autor fala que o termo sustentabilidade não pode ser reduzido ao ecologicamente correto e economicamente viável, pois ele deve priorizar a dimensão social e ética, assegurando direitos humanos e justiça social para todos. No entanto, o autor mostra que o sistema político não toca nos privilégios das elites, ignorando as necessidades das populações mais vulneráveis. Assim, nota-se que a vulnerabilidade socioambiental dessa população que é atingida não aparece como prioridade nos projetos voltados para sustentabilidade.

3.3 Discurso da sustentabilidade no espaço urbano

Diante do crescente interesse da sociedade pelas causas ambientais, tem-se notado o aumento da consciência sobre a importância da sustentabilidade, o que pode ser observado também no espaço urbano. Dessa forma, faz-se necessário compreender as concepções de espaço urbano e sua relação com a sustentabilidade no atual contexto da sociedade capitalista.

O espaço, de acordo com Santos (1988), pode ser considerado resultado do arranjo de objetos espaciais (formas), naturais e sociais, junto com a vida que o preenche, ou seja, com a sociedade em seu

movimento permanente na história. O espaço é, assim, resultado da ação da sociedade configurando a paisagem geográfica (Santos, 1978).

Já o espaço urbano, é onde está o conjunto de diferentes usos e ocupação da terra justapostos entre si, que forma a organização espacial da cidade. Nesse contexto, os agentes sociais que fazem parte da produção do espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais e comerciantes; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os “grupos sociais excluídos” (Corrêa, 1995). Dessa forma, Corrêa (1995) aponta o espaço urbano como:

[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (Corrêa, 1995, p. 9)

Nesse sentido, Lefebvre (2002) evidencia que o espaço e a política do espaço são reflexos sociais ao mesmo tempo em que também reagem sobre elas. Isto pode ser observado na produção do espaço urbano nas metrópoles latino-americanas como em Recife.

O espaço público do Recife também é cenário de lutas e revoluções em busca de direitos pela cidade, como o caso de protestos que costumam acontecer nas principais vias públicas da cidade – ruas e avenidas. No entanto, a capital pernambucana também se tornou um local onde a acumulação do capital está fortemente presente, o que pode ser percebido ao comparar as ruas, parques e praças de bairros com diferentes realidades socioeconômicas.

Nesse contexto, ocorre a rentabilização do espaço urbano, onde as melhorias de infraestrutura urbana em bairros pobres tendem a produzir menos lucro do que as realizadas em bairros ricos, seja porque o consumo coletivo gera menos lucro ou porque varia a capacidade da população de responder de forma que gere valorização imobiliária no local (Ribeiro, 2018).

Nesse ponto, insere-se a questão da gentrificação, que é o processo no qual a renovação de certas áreas ocasiona a substituição de moradores mais pobres pelos de classes mais altas. Assim, as renovações espaciais das cidades e o desenvolvimento das infraestruturas se tornam fontes de excedente de capital, ocasionando, mesmo que sem intenção, o desalojamento de uma parte da população, por meio de desapropriações e remoções, pelas mudanças de padrão de moradia e consumo da área (Ribeiro, 2018).

Os debates atuais sobre gentrificação possibilitam análises sobre a produção do espaço e as atuais especificidades do neoliberalismo. No contexto contemporâneo, as lutas por justiça ambiental nas cidades podem refletir em novos conflitos urbanos, considerado também a necessidade de analisar a ideia de gentrificação verde, que consiste em um subconjunto da gentrificação urbana originado por iniciativas ecológicas que buscam restaurar amenidades ambientais, porém, atraindo grupos mais ricos depois de expulsar os mais pobres (Torres; Vivian; Sanches, 2019).

Dessa forma, Villaça (2001) destaca o grande desnível social que realça a luta de classes que ocorre na busca de vantagens e recursos para usufruir da cidade. O autor, então, destaca que o espaço urbano passa a ser uma mercadoria que é produzida pelo trabalho social, onde a distribuição espacial das classes sociais determina a distribuição espacial dos serviços sociais tanto privados como públicos.

Sobre a troca comercial no meio urbano, Lefebvre (2002) aponta o problema da perda de contato com o natural na qual as próprias aldeias passaram a produzir para o mercado urbano, fazendo com que elas passassem a ver a natureza como algo misterioso. Nesse contexto, Wolkmer, Wolkmer e Ferrazzo (2017) falam que a natureza é submetida ao ambiente humano e às suas necessidades de “desenvolvimento”, que são estabelecidas pelo sistema de produção capitalista.

Vieira (2012), então, apresenta que se deve traçar estratégias para a implementação de um modelo sustentável de desenvolvimento. De acordo com Boff (2016), sustentabilidade é o conjunto de processos e ações que buscam manter a vitalidade e integridade do Planeta Terra, preservando seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a reprodução da vida. Razão pela qual Lima (1997) questiona se é possível existir sustentabilidade no contexto de uma sociedade capitalista.

Nesse sentido, é necessário considerar o que Alfonsin (2010) fala sobre pensar cidades sustentáveis justas e democráticas, pois uma cidade marcada pela desigualdade social e exclusão territorial não é capaz de produzir um desenvolvimento sustentável. A autora destaca que a sustentabilidade aparece no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), uma Lei Federal de Desenvolvimento Urbano que regulamenta o capítulo da Política Urbana da Constituição Federal. Porém, para ela, apesar do Estatuto da cidade adotar a sustentabilidade como objetivo, este é um conceito complexo que não pode ser usado de forma reducionista, como parece ser a concepção adotada por essa lei.

Recife, apresenta alguns problemas que aparecem como desafio para se tornar uma cidade sustentável, os quais se destacam: crescimento da população, ocupação desordenada do solo, marginalização e exclusão da população de baixa renda, concentração de renda e desigualdades sociais. Desse modo, fica evidenciado os desafios que a capital pernambucana enfrenta em relação aos eixos da agenda de sustentabilidade do Programa Cidade Sustentável, que estão alinhados com os ODS 's. Nesse sentido, Acselrad (1999) aponta a insustentabilidade na incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais.

Assim, Lima (1997) fala que os obstáculos existentes para a concretização da sustentabilidade aparecem nas discordâncias em como construir um desenvolvimento multidimensional que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador.

O Recife apresenta grandes desafios tanto no que se refere à proteção do meio ambiente, quanto no que diz respeito ao combate à pobreza. Apesar da gestão apresentar projetos urbanos que usam a sustentabilidade no seu discurso, na prática, os interesses do mercado controlam as tomadas de decisões do poder público e a cidade sustentável é pensada prioritariamente para as elites.

Com o aumento do discurso sustentável e ecológico, o marketing ambiental aparece como um instrumento que manipula o consumidor, levando-o a uma sustentabilidade imaginária (Pessoa, Diniz e Reis, 2018). O termo “*greenwashing*” aparece nesse cenário, que pode ser traduzido por “lavagem verde”, ou seja, o processo de fazer com que a imagem de algo permaneça limpa, aparentando ser ecológica sem realmente sê-lo (Abdala, 2010).

Nesse contexto, o mercado imobiliário busca valorizar seus empreendimentos através da ideia de proximidade com a natureza, muitas vezes por meio de nomenclaturas com conceito de “verde”, “eco” e “sustentável”, aumentando o valor dos imóveis, atraindo os consumidores de renda mais alta. (Oliveira, 2016). Dessa forma, a sustentabilidade urbana é reduzida a um discurso que dá às cidades um atributo a mais, o ecologicamente correto, que serve para atrair investimento através da dinâmica da competição interurbana (Acselrad, 2004).

Nesse contexto, a não aceitação de que meio ambiente e economia são opostos entre si, faz com que a busca pela sustentabilidade urbana se torne uma potência para o mercado, como instância de regulação da cidade. Pois se o futuro hegemônico acredita na vigência do mercado, buscar uma cidade sustentável significa promover a produtividade urbana e fortalecer as vantagens competitivas. (Acselrad, 1999).

A capital pernambucana conta com investimentos do poder público direcionados à sustentabilidade, esses, que estão apoiando o Projeto Parque Capibaribe, buscando promover a sustentabilidade integrando a sociedade com o rio, mas na prática o forte contraste social presente nas suas margens, destaca a desigualdade do alcance desse projeto (Castilho, 2021).

Nesse sentido, é percebido que esses locais passam a se valorizar economicamente para as classes dominantes, enquanto são negados às classes mais vulneráveis, privatizando a natureza e negando-a como um bem coletivo. Assim, nota-se que os interesses de preservação da natureza não estão sendo articulados com os da inclusão social (Castilho, 2021), fazendo com que o rio Capibaribe não proporcione benefícios para toda a sociedade de forma justa e igualitária, evidenciando a forma que a sustentabilidade é apropriada pelo discurso econômico, atraindo interesses das classes dominantes.

Dessa forma, faz-se necessário relembrar o que Mészáros (2002) aponta sobre o sistema capitalista quando ele fala sobre as influências das classes dominantes nos processos de tomada de decisão, pois

mesmo que as demandas socioambientais sejam urgentes, na prática, os investimentos serão voltados para os projetos que obedecem às demandas do sistema.

3.4 Interesses capitalistas nos ambientes naturais

Lefebvre (2002), havia destacado que, enquanto a natureza se distancia da sociedade, o seu símbolo se multiplica por meio do crescente interesse em produtos naturais que são vendidos em massa, os quais estão cada vez mais presentes na publicidade, nos alimentos, moradias e locais de férias. Como consequência da crescente busca por produtos com símbolos verdes, os investidores passam a querer se apropriar de ambientes naturais em busca de privatizá-los para acumular capital, fazendo com que a burguesia passe a ocupar mais essas áreas, segregando-as das populações de baixa renda.

Isso pode ser observado no que Lefebvre (2002) falava sobre os “espaços verdes”, afirmando que com o aumento do interesse da sociedade em consumir produtos naturais, eles se tornam cada vez mais presentes na publicidade, tornando-se uma referência constante. Nesse sentido, o autor aponta que tais espaços se tornam um gesto de boas intenções, ao mesmo tempo que surgem como representações urbanísticas deploráveis, substituindo a natureza de forma medíocre, um espaço livre dissimulado, ausente de funções reais, reduzindo-se a uma função estética. Isso se relaciona com o que o autor aponta sobre a cidade, apresentando a tentativa do espaço urbano em unir espontâneo e artificial, natureza e cultura, pelo que não existe cidade sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza. Logo, ele questiona se esses espaços seriam só um elemento neutro do espaço urbano que não resolve o problema por se tratar de uma natureza fictícia.

Surge, então, uma noção de sustentabilidade associada à categoria patrimônio, que se refere a uma perspectiva de preservação simbólica dos sítios naturais, que pode fortalecer o sentimento de pertencimento dos habitantes a suas cidades, promovendo na cidade a imagem do seu patrimônio biofísico, estético ou cultural, atraindo capitais (Acsehrad, 1999).

Nesse cenário, a natureza é fetichizada como mercadoria de forma extrema, onde o seu papel na reprodução do capitalismo se torna parte de uma lógica de inter-relação entre o homem e a natureza e entre o consumo e o poder econômico, representando a expansão do mercado imobiliário (Pessoa; Diniz; Reis, 2018).

Economistas contemporâneos consideram a existência de um “capital natural”, onde a “valorização ao vivo”, o “valor econômico intrínseco da natureza” e o “valor dos serviços prestados pela natureza” são objetos de estudo do Banco Mundial, do Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), da

Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), da União Europeia (Harribey, 2014).

Isso pode ser percebido nos espaços naturais como faixas de praias ou áreas litorâneas de uso coletivo, que atualmente sofrem com intensa privatização, onde empreendedores são responsáveis pelo uso e transformação da natureza em mercadoria. Esse processo consolida os ‘selos ecológicos’ como estratégia do capitalismo em grandes regiões litorâneas do nordeste metropolitano (Pessoa; Diniz, Reis, 2018).

Um exemplo da atuação do mercado em áreas litorâneas é o caso de Brasília Teimosa, no Recife, que é um bairro de baixa renda localizado próximo às praias do Pina e de Boa Viagem, uma das áreas mais valorizadas da cidade, com forte especulação imobiliária. Lima (2005) aponta que a comunidade de Brasília Teimosa passou por uma proposta de urbanização que visava transformar a região em uma grande área de habitação, turismo e lazer, comércio para os segmentos de renda elevada, o que provocaria a expulsão dos antigos moradores do lugar.

A respectiva autora também fala sobre o Projeto Recife, formulado em 1979, vinculado ao Programa de Revitalização do rio Capibaribe, que previa a incorporação dos espaços vazios nas margens do Capibaribe, ‘recuperação’ dos assentamentos subnormais, melhoria das condições de saneamento ambiental, e o aproveitamento pleno da infra-estrutura instalada. Porém, a autora também aponta que as áreas “vazias”, segundo definia o projeto eram, de fato, ocupadas por favelas, que deviam ser retiradas, para que fossem implantados os parques.

Isso evidencia um processo de gentrificação verde que geralmente é proposto para essas áreas, no qual fica evidente que a busca pelos “selos ecológicos” aparece como um atrativo que favorece ao mercado imobiliário da cidade, atraindo ainda mais a burguesia para essas áreas.

O bairro Jaqueira, no Recife, que é um dos bairros com maior renda da capital pernambucana, é um exemplo, pois ao mesmo tempo que apresenta muitas áreas verdes, como o Parque da Jaqueira e outras praças menores, também está às margens do rio Capibaribe, o que contribui significativamente para o aumento da especulação imobiliária.

Enquanto no Brasil algumas áreas naturais passam a ser valorizadas pelas elites, existem outras áreas naturais suscetíveis a riscos ambientais que são ocupadas pelas populações de baixa renda, como aponta Almeida (2010), que fala sobre a forte correlação entre pobreza urbana, ocupação irregular de áreas de preservação, vulnerabilidades socioambientais e uma forma injusta que coloca os segmentos mais pobres da sociedade como suscetíveis aos riscos ambientais e tecnológicos.

Neste contexto, Firpo e Milanez (2009) ainda apontam o problema da apropriação de recursos naturais e espaços públicos para fins que geram exclusão, dificultando a efetivação de direitos básicos como

saúde, trabalho, cultura, preservação ambiental e uso de espaços, bens e serviços públicos. Então, eles falam que os conflitos socioambientais no Brasil são reflexo das desigualdades e contradições decorrentes dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento, onde a necessidade de melhoria da saúde humana e ambiental se destaca pela vulnerabilização de populações e territórios afetados, que recebem as maiores cargas de danos ambientais.

Portanto, nota-se que Recife - que tem sua imagem e sua identidade associada aos rios, mangues e praias - passa por um processo de aumento do interesse das classes dominantes nos seus ambientes naturais, que reflete em um afastamento das populações mais vulneráveis destas áreas.

4 Considerações

Foi possível notar o aumento dos discursos ecológicos na publicidade de empreendimentos, que vem atraindo os investidores, porém se referindo à uma sustentabilidade que não é para todos/as. Logo, foi percebido que o discurso da sustentabilidade, que vem sendo adotado no planejamento urbano, é utilizado pela gestão urbana para mascarar o caráter desigual das suas ações, muitas vezes realizando requalificações urbanas que priorizam os interesses das classes dominantes.

Deste modo, foi observado que, a gestão urbana termina valorizando as novas áreas norteando-se pelos interesses das classes dominantes. Esta valorização econômica das áreas “revitalizadas” possui, como consequência a expulsão das populações de baixa renda dessas áreas revalorizadas, resultando no que se tem chamado de gentrificação verde, retirando o direito das populações vulneráveis de usufruírem da qualidade dos ambientes naturais no espaço urbano.

Isso está relacionado com o aumento dos interesses capitalistas nos ambientes naturais, fetichizando a natureza como mercadoria, na qual espaços naturais como praias, parques e outras áreas verdes urbanas vêm sofrendo forte privatização. Nesse contexto, a natureza se torna alienada, reduzindo-se à função estética que representa o poder econômico.

Em outras palavras, o crescente interesse nos recursos naturais e espaços públicos tem gerado mais exclusão social, dificultando o acesso à natureza para as populações de baixa renda. Então, comprovou-se, mais uma vez, que o Estado muitas vezes busca requalificar áreas urbanas em diálogo com os investidores e preterindo a classe trabalhadora, resultando em espaços que valorizam os interesses do mercado.

Referências

- ABDALA, L. N. et al. **Como as cidades inteligentes contribuem para o desenvolvimento de cidades sustentáveis?: Uma revisão sistemática de literatura.** International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM), v. 3, n. 5, p. 98-120, 2014.
- ACSELRAD, H. **Discurso da Sustentabilidade Urbana**, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – ANPUR, A.1, nº.1, 1999
- ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco*** Environmental justice and social construction. 2002.
- ALENCAR, A. K. B. **Parque Capibaribe no Recife: Uma análise à luz do paradigma da sustentabilidade.** Rev. Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, V. 11, 2022.
- ALENCAR, A. K. B., SÁ, W. L.F. **O Parque Capibaribe no Recife: Uma análise entre vulnerabilidade social e integração socioespacial dos espaços públicos verdes nas margens do rio.** Rev. Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife V.7, N.2, 2018.
- ALFONSIN, B. **O Estatuto da Cidade e a construção de cidades sustentáveis, justas e democráticas.** Direito e Democracia, 2(2), **ios urbanos: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, Ceará.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Rio Claro: [s.n.], 2010.
- ALMEIDA, L. Q. de. **Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, CE.** Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (Unesp). Rio Claro. 2010.
- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo.** São Paulo: Romano Guerra, v. 2, n. 1, 2010.
- CASTILHO, C. J. M. de. **Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “cidade à realização plena da vida humana”.** ACTA Geográfica, Boa Vista, v.5, n.10. 2011.
- CASTILHO, C. J. M. de. LEANDRO, P. R. F. **Políticas públicas e (re)produção sustentável do espaço urbano: “Programa Recife sem Palafitas” – seus benefícios e sua natureza social.** Acta Geográfica, v. 6, n. 13, pp. 33-58, 2012.
- CASTILHO, C. J. M. de. **Políticas urbanísticas e território usado em áreas ribeirinhas.** Mercator, Fortaleza, v.20, e20007, 2021.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
- CUNHA, Caroline Silva da Cunha Silva et al. **Conflitos Socioambientais urbanos: O caso da Vila Luizão/MA.** Geographia Opportuno Tempore, v. 3, n. 2, p. 319-330, 2017.
- ESTEVES, C. J. de O. **Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais.** Caderno IPARDES, Curitiba: IPARDES, v.1, n.2, p. 62-79, 2011.

EUROPEAN COMMISSION. **Life in the City: Innovative solutions for Europe's urban environment**; European Commission; Brussels, 2007.

FIRPO, P. M; MILANEZ, B. **Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental**. Ciência & Saúde Coletiva [en línea]. 2009. [fecha de Consulta 15 de Agosto de 2023]. ISSN: 1413-8123. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012431004>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HARRIBEY, J. M. **Criar riqueza, não valor**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo. 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/leis-ambientais> 2005.

INCITI. **PARQUE CAPIBARIBE PROPÕE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PARA DRENAGEM E TRATAMENTO DAS ÁGUAS NO RECIFE**. 2017 Disponível em: <http://inciti.org/2017/05/20/parque-capibaribe-propoe-solucoes-alternativas-para-drenagem-e-tratamento-das-aguas-no-recife/>

INSTITUTO PÓLIS. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIMA, A. G. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável**. 1997. Disponível em: http://www.ufmt.br/gpea/pub/GuLima_sustentabilidade.

LIMA, R. M. C. **A Cidade Autoconstruída**. Tese de Doutorado em Planejamento urbano e regional. IPPUR - UFRJ, 2005.

LUCENA, A. **Recife é a segunda capital com mais desigualdade social, diz pesquisa; confira ranking**. Diário de Pernambuco. 2024. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/03/recife-e-a-segunda-capital-com-mais-desigualdade-social.html>.

MAYRINCK, V. **Dinâmica das paisagens de rios urbanos**. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. Planejamento, Soberania e Solidariedade; perspectivas para o território e a cidade, 2005.

MENDONÇA, F. **Geografia, Geografia Física e Meio Ambiente: uma reflexão a partir da problemática socioambiental urbana**. Revista da ANPEGE, v. 5, n. 05, p. 123-134, 2009.

MENDONÇA, F.; CUNHA, F. C. A.; LUIZ, G. C. **Problemática socioambiental urbana**. Revista da ANPEGE, v. 12, n. 18, p. 331-352, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTEIRO, C. M. G. FILHO, L. G. V.; MONTEZUMA, R. **Parque Capibaribe: a reinvenção do Recife Cidade Parque = Capibaribe Park: the reinvention of Recife Park City** /organizadores: Circe

Maria Gama Monteiro, Luiz Goes Vieira Filho, Roberto Montezuma; Tradução: Peter Ratcliffe; fotografia: André Arruda. [et al.]; prefácio: João Campos... [et al.] – 2ª. ed. - Recife, PE: Cepe, 2022.

MOURA, K. dos S.; PORTELLA, A.; CHIARELLI, L. M. A. **REQUALIFICAÇÃO URBANA DE ÁREAS RIBEIRINHAS**. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 4, n. 13, p. 276-295, 2020

NETA, M. A. V. **Geografia e Literatura: Decifrando a Paisagem dos Mocambos do Recife**. Orientador: Roberto Lobato Corrêa. Dissertação (Mestrado em Geografia) Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005.

ONU. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, 2015.

PESSOA, R.; DINIZ, F.; REIS, J. V. **Política ambiental e as faces do mercado imobiliário na RMR: apropriação da natureza, empreendedorismo e símbolos ambientais**. Revista Brasileira de Meio Ambiente, v. v.1., p. 70-80, 2018.

RATTNER, H. **Meio Ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável**. São Paulo. 2009

RESCHILIAN, P. R. **Dinâmica urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária**. Rev. Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v.1, n. 1, p.52-70, 2005.

RIBEIRO, T. F. **Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil**. Revista de direito da cidade, v. 10, n. 3, p. 1334-1356, 2018.

SÁ CARNEIRO, A. R. **Parque e Paisagem – Um olhar sobre o Recife**. Editora Universitária UFPE. 2010

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

FILHO, J. R. S. **A apropriação da estética ambiental na cidade do Recife: Uma análise das comunidades de exclusão socioambiental**. Dissertação PRODEMA. Repositório UFPE, Recife. 2009

SOEIRO, I. C. de M. **Reaproximação forjada da natureza: a utilização da retórica ecológica na produção do espaço urbano de uma cidade latino-americana** / Repositório da UFPE. Dissertação. 2017.

TORRES, P. M. C; VIVIAN, M. M; SANCHES, T. O. A. **Produção capitalista do espaço e meio ambiente: ativismo urbano-ambiental e gentrificação verde no Brasil**. Cadernos Metrópole, v. 21, p. 689-714, 2019.

VESTENA, L. R.; SCHMIDT, L. **Algumas reflexões sobre a urbanização e os problemas socioambientais no centro-sul paranaense**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 31, n. 1, p. 67-73, 2009.

VIEIRA, Juliana de Souza Reis. **Cidades Sustentáveis/Sustainable Cities**. Revista de Direito da Cidade, v. 4, n. 2, p. 1-39, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel: FAPESP São Paulo. 2001.

WOLKMER, A. C.; WOLKMER, M. de F. S., FERRAZZO, D. **Direito da Natureza: para um paradigma político-constitucional desde América Latina**. In: DINNEBIER, Flávia França; LEITE, José Rubens Morato (Org.). Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza. São Paulo: Instituto O direito por um Planeta Verde, 2017.